

# “Capitalismo e distribuição de renda – Thomas Piketty”

*Nelson Mello e Souza*

*Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;  
Membro da Academia Brasileira de Filosofia.*

## I

### Introdução

A forma como se distribui a renda no mundo moderno vem preocupando setores cada vez mais amplos da intelectualidade. Envolve a filosofia do capitalismo, sua lógica e legitimidade. Não se discute eficiência. O capitalismo tem se mostrado um sistema de organização econômica adequado para estimular a inovação, gerenciar e acelerar o desenvolvimento da tecnologia, viabilizando a realização do modelo produtivo industrial. Como resultante, nos últimos duzentos anos, o aumento da riqueza global acelerou em um ritmo inusitado. Foi espantoso o aumento da renda *per capita*, a despeito do impressionante aumento demográfico. O fato não é omitido no estudo crítico de Thomas Piketty, obra recente que tomamos como referência para o tema.<sup>1</sup>

Por tudo isso, o capitalismo vem derrotando os profetas da perdição. É evidente a melhoria quase exponencial dos padrões médios de consumo, o acelerado aumento da produtividade e a grande diversificação dos padrões de vida. No ano de 2014, a renda global estimada era de cerca de 70 trilhões de euros,<sup>2</sup> sem contar o que se movimenta na economia informal e o que não se revela nas declarações oficiais, por estar reservado em contas sigilosas ou omitido por artifícios contábeis.

A vulnerabilidade do sistema está na forma como essa renda vem sendo redistribuída entre os diversos segmentos sociais. O capitalismo não alterou o velho padrão. A forma de apropriação da renda continua decidida por quem comanda as forças produtivas e detém o poder de decidir. Tem sido, portanto, uma questão política.<sup>3</sup>

Ao olhar a realidade e comparar os dados, verifica-se preocupante aumento da parte que os 10% mais ricos recolhem dessa renda.<sup>4</sup>

O fenômeno distorce as oportunidades de vida da imensa maioria. Recente reportagem da revista *Exame* ressalta o ponto. Afirma que, no Brasil, o filho de uma pessoa da “classe média normal” tem 12 vezes mais chances de ter carreira profissional exitosa que o filho de uma operária favelada ou de uma empregada doméstica.<sup>5</sup> Educação melhor, conexões sociais, recursos financeiros de base, apoio político, etc... Não é diferente em outras sociedades. Os que nascem em guetos raciais, ou em zonas socialmente deprimidas, e não logram educação aceitável têm imensas desvantagens para conseguir emprego digno.

A sombra da miséria se projeta na desigualdade. Esse é o outro lado da dinâmica capitalista. Revela indiferença ética difícil de tolerar. Hoje, pela influência do marxismo simplificado, o fenômeno vem atingindo a sensibilidade coletiva de modo perigoso para o equilíbrio do sistema.

Na verdade, não foram só marxistas que tomaram a iniciativa de denunciar o capitalismo como um sistema injusto, embora tenham sido seus mais importantes críticos. Número ponderável de não marxistas, entre eles John A. Hobson, líder do liberalismo social, que escreve em 1902; Wilford King, professor de Economia da Universidade de Wisconsin, autor das primeiras séries estatísticas sobre concentração de renda, em 1917; e Irving Fischer, economista clássico, que analisou seus dados logo depois da I Guerra Mundial, em 1919, também estão entre os que, desde logo, o fizeram. Hobson, por exemplo, chamou de “imperialismo”, nome então original, o processo de domínio que os países economicamente mais poderosos exerciam sobre os mais débeis. O nome foi aproveitado, pouco adiante, por Hilferding e Lênin para definir o que se considerava ser a evolução “normal” do capitalismo monopolista.<sup>6</sup>

Difícil negar o caráter decisivo da influência marxista, especialmente após a revolução soviética de 1917. Até no longínquo e atrasado Brasil rural da década de 1920, organiza-se um Partido Comunista, em 1922. Seus líderes desconheciam a obra de Marx, o que, aliás, não chegava a ser exceção brasileira. A maioria do ativismo esquerdista, em todo o mundo, não se dava ao trabalho de ler, sequer, *O Capital*. Agia por “ouvir dizer”, influenciada pela revolução soviética. Intelectuais europeus, como Sidney e Beatrice Webb, louvavam o sistema planejado de organização econômica da nascente União Soviética e enalteciam suas conquistas. Passaram a condenar o Ocidente capitalista.

Devido ao grau de desconhecimento da obra de Marx, o fato só pode ser explicado pelos ventos da revolta que andavam a soprar nos ares do mundo.

O após I Guerra Mundial favorecia o clima de suspense, angústia e ressentimento social. Tornava-se evidente a injusta distribuição da renda,

ante as condições de vida do trabalhador, comparada com o desvario consumista das elites de esplendor, principalmente as norte-americanas, francesas e inglesas. Foi a época dos chamados *Roaring Twenties*. Como demonstram os quadros de Piketty, no final dessa década, deu-se o mais alto nível de concentração da renda no mundo moderno.<sup>7</sup>

A crise da década de 1930 foi consequência. Na esteira do susto provocado pela revolução soviética, foi o segundo alerta de que algo andava mal com o capitalismo. As circunstâncias pareciam dar razão aos que o denunciavam como sistema incapaz de, entregue à sua própria dinâmica, garantir a justiça social.

A crítica foi ainda mais longe. Culpou-se a democracia liberal como sistema incompetente, incapaz de gerir os desequilíbrios gerados pelo domínio do capital. E mais incompetente ainda para conter a ameaça comunista.

Estava criada a grande tensão dos tempos.

Divididas, direita e esquerda coincidiam num ponto: atacavam a livre iniciativa, a democracia burguesa e o capitalismo liberal. A antevisão de Marx, exposta no *Manifesto Comunista* de 1848, a de que o comunismo era um “fantasma que ronda a Europa”, parecia ser o retrato da realidade. Só que, agora, quase um século adiante, o mesmo fantasma “rondava” também o mundo subdesenvolvido, isto é, dois terços da população mundial.

Quem viveu a época bem sentiu o fenômeno. Passou a ser comum decretar-se a falência do *laissez-faire*.

Com as reflexões de Keynes, incorporadas por Roosevelt, aceitou-se que o capitalismo liberal não dispunha de elementos reativos pró-

prios. Admitiu-se a intervenção corretiva do Estado como decisiva para melhor ordenar a dinâmica do sistema. A política econômica keynesiana desconsiderou o “mercado”, o livre jogo dos preços, como a única bússola econômica.

A guerra só fez incentivar o papel estratégico do Estado. Suas exigências tinham a dramaticidade da urgência. Destarte, aceitou-se, de modo quase evidente, o seu comando do processo de investimentos. Induzindo inovações tecnológicas, as ações econômicas do Estado revitalizaram o emprego, deram ânimo à economia de guerra, abriram novas oportunidades produtivas. O clima de “salvação nacional” alterou o quadro dos valores. Proletários do grupo aliado não mais se opunham aos capitalistas e, sim, a proletários do grupo nazifascista, entendidos como inimigos. Destruuiu-se a chamada “união proletária”, mote central do *Manifesto*.

Com a vitória aliada de 1945, o problema ideológico, tendo o comunismo como eixo, renasceu. Colocava-se em debate o exemplo vitorioso da União Soviética. Ante essa evidência, a intelectualidade ocidental, especialmente nos países subdesenvolvidos, onde a pobreza se transformara em flagelo social, reavivou os ataques ao capitalismo como sistema incapaz de promover a justiça distributiva.

A balança ideológica pendeu para manter o papel do Estado como planejador econômico. Era uma “outra guerra”, a ser travada contra a miséria.

A tese que colocava sob suspeita o capitalismo liberal teve enorme aceitação nas décadas de 1950 e 1960. Tornou-se a teoria econômica preferida dos estudiosos do subdesenvolvimento. Alguns de seus defensores assumiram perfil neossocialista, caso típico do Prêmio Nobel, o sueco Gunnar Myrdhal, do francês Balandier e do economista

americano Paul Baran. A conhecida teoria do *big push* necessário para sacudir a inércia do subdesenvolvimento, formulada por Rosentein Rodan, foi bem aceita, dando ao Estado função decisiva.

O “nacionalismo”, que sustentara a economia de guerra, muda o alvo. No mundo subdesenvolvido, “nacionalista” era quem exibia forte perfil estatizante, de esquerda, anti-imperialista, em defesa da distribuição da renda pela ação ativa e regulamentar do Estado. A divisão tornou-se nítida.

A consequência foi a luta ideológica. A chamada “margem esquerda do Sena” acaba dominando a intelectualidade mundial na década de 1950, anos de ouro para a consolidação do marxismo entre a juventude, os intelectuais e as massas urbanas.

Os campos não ficaram imunes ao tumulto. Pela ação de ativistas decididos, os trabalhadores rurais, entre protestos e clamores, aderiram à chamada “reforma agrária” contra a grande propriedade rural. Sabemos o que houve no Brasil, com as “Ligas Camponesas”.

A turbulência atingiu em cheio os difíceis anos da década de 1960, com assassinatos de grandes líderes políticos e movimentos de massa, em torno da chamada “contracultura”, ou contra a “cultura burguesa”.

Lá pelos fins da década de 1970 e por toda a década de 1980, a situação começa a mudar. A conjuntura do socialismo mostrou sua face negativa. Como o diz Daniel Bell, seria o fim da ideologia.<sup>8</sup>

Bell definia a ideologia, de acordo com Marx, como a defesa de verdades de classe. Interesses inspirando crenças. Afirmava sua decadência evidente ante as imposições objetivas do pragmatismo econômico.

A ideologia produzira imensa e ineficaz burocracia estatal, querendo substituir, pelo planejamento, os indicadores do mercado. Para esses críticos, nada poderia substituir esses indicadores, único meio de orientar decisões de investimentos, organizar as vendas e estimular inovações.

A Europa Ocidental era exemplo claro. Aproveitando os capitais do Plano Marshall, recompôs sua estrutura capitalista, recuperando-se, completamente, dos efeitos devastadores da guerra. Inclusive as devastadas e derrotadas Alemanha e Itália. No Ocidente das décadas de 1970 e 1980, os países capitalistas exibiam a força do sistema de mercado e da livre iniciativa. Em outros contextos, também era evidente seu dinamismo criativo. Foram os casos dos chamados “tigres asiáticos” e, principalmente, da espantosa Coreia do Sul.

O capitalismo liberal renascia como o grande modelo econômico, em contraste com o marasmo do desenvolvimento, exibido pelo atraso imprudente dos países socialistas. Como sem renda não pode haver distribuição, o sistema capitalista, sendo o único capaz de aumentar o “bolo” da riqueza coletiva, seria o único válido.

Ao fim da década de 1970, já estava claro que o “sistema comunista” era exemplo de ineficiência e a “ditadura do proletariado”, uma farsa trágica. Igualmente claro tratar-se de jogo ideológico, tramado por uma burocracia partidária, que só desejava, de fato, perpetuar-se no poder.

Sua explosão final, em fins da década de 1980, e a queda do Muro de Berlim abriram para as sociedades do Ocidente a perspectiva de consolidar o capitalismo liberal. O fato revelava que esse sistema pode, de forma muito mais completa e eficiente, acelerar a produção da riqueza e melhorar o esquema social de sua redistribuição. Como, aliás, sempre sustentaram os profetas do liberalismo, desde Adam Smith.

Era com certa ironia piedosa que os grandes do Ocidente acompanhavam o desenrolar da turbulenta crise dos ex-socialistas, repetindo o mantra liberal, o “eu já sabia” e o “não disse?”.

Houve aceitação da maioria. Tudo parecia indicar a validade das premissas básicas do capitalismo, aumentando a renda global e, necessariamente, harmonizando as diversas classes sociais, pelo aumento do poder de compra das massas.

## II

Foi decepcionante o desastre que se seguiu.

Não necessariamente por síncope no dinamismo criativo do sistema. Este prosseguiu ativo, como mostram os números relativos ao crescimento da renda, na década de 1990, arrolados pelos estudiosos.

O fato perturbador é que, ante a ausência de regulamentações, houve estímulo à concentração e à má redistribuição dessa renda, aumentando a desigualdade em favor do topo 10%.

Tudo agravado pela diminuição dos níveis de impostos cobrados aos mais ricos, na inocente, ou talvez perversa, suposição de que são os ricos que investem e estes devem tornar-se cada vez mais ricos, para garantir o fluxo dos investimentos.

A resultante revelou ser o neoliberalismo outra forma de “ideologia”.

Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, em 2001, que antecede em cerca de dois anos a Piketty em suas denúncias, culpa as “ideias equivocadas” dos economistas do período pela dramática crise do ano 2008. Para ele, o fenômeno parodiava Garcia Marquez: era a crônica de uma crise anunciada.<sup>9</sup>

A resultante foi a persistência de imensas manchas de pobreza, maculando a paisagem social do mundo e realçando que a má distribuição da renda é o centro, em torno do qual gira o problema econômico de nossa época.

Ao examinarmos os gráficos de Gini, sobre os quais se baseiam os estudiosos modernos para mostrar as variações negativas na distribuição da renda nos últimos anos, assustamo-nos com os dados. Mais assustadores são os outros gráficos armados por Piketty, a partir de suas pesquisas.

A referida crise de 2007-2008, tendo início no mercado imobiliário norte-americano, levou de roldão outros setores da economia, num perverso “efeito dominó”. Seus reflexos devastadores arrasaram a poupança familiar, estimando-se as perdas em algo próximo dos 10 trilhões de dólares em seu primeiro impacto.<sup>10</sup>

Mais ainda: por deprimente paradoxo, que só fez reforçar a tese radical quanto às injustiças próprias do sistema da chamada “livre empresa”, aumentaram ainda mais os lucros de quem comanda o setor financeiro. Uns poucos privilegiados, estrategicamente situados no comando do sistema, desviaram em benefício próprio, parte dos recursos destinados pelo governo para sanar a crise. Ganharam fortunas, em modelos de ação similares às que parte da elite do poder fez na década de 1930.

Repetindo Hemingway, podia-se dizer melancolicamente, em termos de dinâmica capitalista: “Nada de novo no *front* ocidental”. Mas os ingredientes morais tornaram-se explosivos, já que a resultante objetiva nada tinha de complacente com a pobreza de muitos.

### III

Foi essa a conjuntura que estimulou a verdadeira avalanche de estudos críticos sobre a desigualdade. Nunca houve nada parecido, nem nos tempos de Marx. Todos ansiavam por entender a essência de um processo que negava as promessas contidas no projeto inicial.

Mesmo entre grandes capitalistas, a crítica ao sistema começou a surgir e continuam ativas. Tentam organizar-se. Difícil, porque o rumo da manada é *amok*. Uma vez entrando no jogo, impossível desviar-se, ante a força da dinâmica competitiva.

A única instituição que pode corrigir os defeitos do sistema é o Estado, “desde que” se livre da “ideologia” e logre, pragmaticamente, responder à demanda da consciência coletiva. Este “desde que” tornou-se o foco de todas as preocupações.

O fato de os numerosos textos sobre o assunto terem atingido o *status* de consumo de massa indica que a preocupação vem chegando, ou já chegou, ao povo em geral, reforçando a convicção de o sistema ser comandado por decisões moralmente desorientadas.

Entre 2008 e o ano em que escrevo estas linhas, 2014, surgiram centenas de artigos e livros técnicos discutindo a dinâmica e a filosofia do capitalismo. Numerosas foram as revistas que publicaram artigos esclarecedores.

Muitos desses livros nada têm de leitura agradável. Estão cheios de gráficos e quadros, como o de Piketty, com fatos coligidos e sistematizados em seu *World Top Income Database*, por ele e seu colega Emmanuel Paez. Não obstante são *best-sellers*.

Piketty, pelo menos, tentou sempre que possível escrever em linguagem não técnica. E teve a feliz intuição de escolher um título que evoca a sombra de Marx. Talvez por isso, seu livro tornou-se recordista de vendas em todo o Ocidente no ano de 2014. Em recente “Carta do IBRE”, do prestigiado Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o trabalho é entusiasticamente elogiado.<sup>11</sup>

### IV

Por questão de respeito acadêmico e sintonia com os tempos, propomos iniciar a discussão sobre essa obra analisando um aspecto do tema que não mereceu a preocupação de Piketty: a comparação de épocas históricas. Veremos que a origem da desigualdade de renda vem do arcano da sociedade organizada.

Na verdade, a perspectiva histórica foi o ponto alto dos criticados estudos de Simon Kuznets. Sabemos que esse autor procede a um recuo histórico, envolvendo as sociedades agrárias do passado, todas de baixa produtividade, para comparar, em sua famosa “curva”, com a tendência para a melhoria distributiva das economias industriais.<sup>12</sup>

Propomos segui-lo, com a ressalva de recuarmos bem mais no tempo. Veremos que a desigualdade sempre existiu, desde o Neolítico, muito antes de qualquer tipo de economia de troca. Afinal, na repartição comunitária da carne caçada, os líderes caçadores e os xamãs ficavam com a melhor parte, e a maioria com as tripas e os nervos, roendo ossos ou mastigando a dureza dos músculos.

A riqueza não dava e nunca deu para garantir a igualdade de sua distribuição.

Essa é a realidade semiesquecida, até por Joseph Stiglitz e Thomas Piketty.

A postura sociológica e histórica parece, portanto, a mais adequada para tratar o fenômeno dentro de seu contexto. E o faz em qualquer estudo moderno sobre estratificação social e suas causas.

O avanço da história humana, no rumo das grandes civilizações conhecidas, legitimando a hierarquização social, tornou-se possível pela institucionalização da desigualdade.

O que se pode concluir do fato, antes que o leitor me considere um reacionário desprezível, é a conveniência de buscar as causas da desigualdade nas relações de poder, e não apenas na dinâmica do capitalismo. A economia é ciência política, e esse ângulo de sua estruturação como ciência não pode ser esquecido.

Por isso, agrada a nós ver um economista de renome, o já referido professor da Universidade de Colúmbia, Prêmio Nobel em 2001, Joseph Stiglitz, sustentar que os mercados modernos “não existem no vácuo”. Eles se constituem como parte da dinâmica social e refletem decisões de política, decisões que sempre se inclinam para beneficiar quem move as engrenagens do poder.<sup>13</sup> Como notamos anteriormente, Piketty o segue nessa posição.

Em outras palavras, as relações políticas se constituem em *locus* teórico privilegiado, para nos orientar sobre a causa das desigualdades econômicas. Piketty, ao nos falar sobre o raio de ação decisório dos grandes executivos modernos, está a nos falar de “poder” e não de nenhuma lógica própria à dinâmica econômica.<sup>14</sup>

Conclusão pertinente, portanto, é que a persistência desse problema social não é “privilégio” exclusivo do capitalismo moderno.

E só em parte mínima pode ser explicado pela teoria da “mais-valia”, definindo a forma como se dá, de modo não visível, a exploração do trabalho de chão de fábrica, o trabalho físico. Estudando o quadro atual desse tipo de trabalho, cujas relações de dependência formam a base do livro de Marx, podemos constatar ser cada vez mais numeroso o investimento em formas de produção “capital-intensivas”. Nesse caso, a força de trabalho é, na verdade, composta por quadros técnicos de alto nível, cientistas e engenheiros de computação, especialistas de vários tipos, e não de proletários. Obviamente, qualquer teoria que reduza a acumulação capitalista a um processo disfarçado de exploração de proletários, classe social em processo crescente de rarefação sistemática, começa a afundar no mar de fatos que a contradizem. É previsível que mais uns bons cinquenta anos e a robotização eliminarão esse tipo de trabalho humano.

Como ficaremos, então, para explicar a acumulação real?

Daí nossa proposta de buscar a verdade histórica, a de que, desde a consolidação do capitalismo mercantil e a formação das grandes aristocracias, o processo de acumulação só pode ser explicado pelo “diferencial de poder” entre os diversos segmentos sociais.

Se estamos corretos, a indagação que se impõe é a seguinte: o que difere em nossa época, já que o poder diferencial sempre existiu? Não estaríamos nos envolvendo numa espécie de *too much ado about the same*, parodiando Shakespeare?

Ou, ao contrário, o que enfrentamos é algo novo a exigir correção?

A resposta é que, sem dúvida, há algo novo e bem mais grave na forma como a economia moderna favorece a concentração do poder, impondo a desigualdade a partir dessa concentração.

Vejamos em que ponto radica o diferencial.

O mundo moderno, surgido da produção industrial de massa, é basicamente urbano, de alta produtividade. Somos hoje cerca de sete bilhões de seres humanos, com os adultos necessitando emprego e remuneração compatível. Éramos um bilhão, ao tempo de Marx, em meados do século XIX, com a indústria a nascer. Bem diferente, não é mesmo?

Nem tanto. Toda a impressionante multiplicação da capacidade produtiva ainda não logrou eliminar a miséria lamentável, quase absoluta, de massas imensas e densas, sem qualquer esperança de resolver sequer o problema da fome para muitos. Hoje, a população miserável do mundo ronda os três bilhões, três vezes maior que a população total aos tempos de Marx.

Pode-se concluir que a riqueza global está sendo concentrada de forma irresponsável, já que seu volume não tem qualquer semelhança com o volume de renda produzido por sociedades de baixa produtividade. O fato de ser acumulada da mesma forma a torna suspeita de dinâmica equivocada. Se naquelas sociedades a distribuição da renda era inviável, sem nivelar a sociedade por baixo, hoje não o é.

## V

Examinemos três pontos pertinentes para a definição dessa peculiaridade:

- a) O primeiro ponto é de ordem histórica geral. Já o notamos, ao não considerar o capitalismo industrial a *bête noire* da desigualdade social. Inclusive, é fato comprovado haver atingido níveis impressionantes em fase histórica que pouco ou nada tinha de capitalista.

Caso do longo e milenar período de consolidação das grandes civilizações agrárias, desde a Suméria e o antigo Egito, a manter sua aristocracia guerreira e sua realeza pomposa, com sua “cultura de corte”, como o denomina Norbert Elias.<sup>15</sup> Nessas economias, cuja base de sustentação era o trabalho físico, a relação apontada por Piketty, a de que, hoje, a renda do capital ( $r$ ) supera o crescimento da renda global ( $g$ ), era muitíssimo maior.<sup>16</sup> Como eram economias de baixa produtividade, a renda do “capital” teria de superar o crescimento de um produto que crescia lentamente, ou não crescia.

Nelas, os segmentos sociais que detinham a propriedade da terra controlavam o processo distributivo. Camponeses, servos, artesãos das vilas locais, escravos submetidos a tarefas pesadas nas minas e nas construções geravam, com o produto de seu trabalho, a “mais-valia” explícita, confiscada sem qualquer disfarce. A renda se concentrava. Imensos palácios eram ilhas de esplendor, em meio a um oceano rural com suas choupanas de chão de barro. A parte não consumida da riqueza era entregue aos mercadores para revenda. Pagavam por ela preços muito acima do custo da produção. Com um agregado: o poder senhorial ainda cobrava dos mercadores taxas e impostos quando dessa revenda.

Todos eles, inclusive os artesãos “capitalistas” que viviam nos pequenos burgos, tinham papel social subordinado. Inseriam-se num complexo sistema de dependências. Não participavam do “poder”. Os mercadores podiam ser juridicamente livres, mas eram basicamente servis. Seu *status* social os tornava parte de uma ordem relativamente fixa.

A miséria abjeta das massas trabalhadoras, rurais ou urbanas, era impressionante, mas jamais pareceu repulsiva a ninguém. No mundo antigo, sábios como Aristóteles consideravam o escravo “coisa”.

Não se conhecem socialistas entre os filósofos gregos, tampouco entre os intelectuais da chamada Idade Média, todos vivendo em época de injustiças sociais absurdas, legitimação da tortura, da servidão, do sistema escravo.

Nessa remotíssima fase histórica de escassez sem solução, devido ao baixo nível da tecnologia à disposição das forças produtivas, parece até razoável entender as distorções do poder, pelo menos sob o ponto de vista do processo civilizatório. Sem garantir tempo livre “a alguém”, para pensar, observar e criar, esse processo estaria seriamente comprometido ou, talvez, nem existisse.

Sócrates e Platão jamais “trabalharam” no sentido da economia clássica. Nenhum artista, cientista ou pensador do mundo rural antigo viu-se obrigado a gastar seus dias lavrando a terra, transportando, cortando e esculpindo a madeira, ou fundindo metais para preparar instrumentos de uso, como meio de vida. Nem meter-se, meses a fio, em caravanas preguiçosas, buscando produtos para suprir carências de consumo, arriscando-se à morte e à captura em regiões estranhas, como faziam os mercadores. Parodiando Euclides, podemos legitimamente dizer que o mercador típico “foi antes de tudo um forte”. Nunca puderam ser ociosos. Entretanto, foi o ócio da minoria que favoreceu o desenvolvimento da arte, do luxo, do artesanato, da ciência, da filosofia, da religião, do gosto e do belo. Portanto, a civilização deve sua realidade histórica à concentração da renda, à possibilidade de se criar o “ócio”, como estilo de vida das classes “não trabalhadoras”. Sem a existência objetiva do

“ócio”, a humanidade estaria ainda, e quase certamente, a tentar a distribuição igualitária de sua miséria nas cavernas escuras e sujas, vestida de trapos e peles, gastando todos os seus dias para... sobreviver! A revolução científica moderna amadureceu em função da liberação de seus agentes de tarefas relativas ao mundo do *nec otium*. “Negócio” significa a negação do “ócio”.

Não parece nenhum exagero resumir, em termos de filosofia da história, que, para chegarmos à civilização, a humanidade teve de percorrer milhares de anos de absurda concentração da precária renda gerada. Esse é o primeiro ponto a ser ressaltado.

- b) O segundo ponto é notar que essa situação jamais foi motivo de uma revolta da imensa maioria dos oprimidos.

Por quê? A resposta pode ser: não havia opção nem possibilidade de solução. A distância social, a ignorância densa, o processo formativo do Ser social, as condições de vida e os valores criados pelo poder religioso ou secular, com suas fórmulas institucionais de adaptação à vida, legitimavam a estruturação distorcida da hierarquia social.

Os dramas de carência e a tragédia da fome não podiam ser entendidos como decorrentes de nenhum desequilíbrio distributivo. Para todos, a “ordem” não podia ser questionada: era “justa”. Na antiguidade, a desigualdade, consagrada pelos costumes, sempre esteve isenta de qualquer reflexão crítica. Destarte, a culpa pelas tragédias recorrentes de fome e carências básicas recaía no acaso das guerras, das epidemias inesperadas ou dos fenômenos naturais, como secas e inundações. Nunca houve preocupação de analisar o sistema econômico. Isso levou ao

paradoxo de, sendo um sistema decisivo, porque nele se organizam as bases materiais da vida, despertar para sua importância estratégica só bem tarde. Sabemos que a “economia” surgida dessa consciência é uma “ciência tardia”.<sup>17</sup>

Como consequência desse paradoxo, a desigualdade na distribuição da renda só passou a ser denunciada e considerada moralmente condenável a partir dos valores da época em que Karl Polanyi chamou de a “grande transformação”,<sup>18</sup> termo bem mais preciso que o restrito e impreciso “revolução industrial”. Afinal, não foi só na economia, mas principalmente na ciência física e social, na política, na filosofia, na ética coletiva, no padrão dos costumes, nos valores dominantes, que, em processos de interação dialética, gerou-se, pouco a pouco, uma sociedade de rompimento, com nova visão de mundo. Quem debita todo esse progresso ao capitalismo está, historicamente, sem rumo. O capitalismo dinâmico moderno foi consequência e não causa da “grande transformação”.

Há outro fator importante. Foi o “carisma” de que essa ordem se revestia que firmou sua aceitação como axioma existencial.

O fato tem sérias implicações teóricas, porque faz de quem percebe ter havido “luta de classes” na gênese da história humana, sendo essa “luta” o eixo em torno do qual girou e ainda gira o seu dinamismo, defensor de tese sociologicamente discutível, ou, pelo menos anacrônica. Transpõe fatos da modernidade para a realidade do mundo antigo.

A pesquisa antropológica não encontrou evidências de revoltas contra a exploração da hierarquia, em nenhuma tribo pré-letrada do extenso e multimilenar Neolítico. Houve lutas, sem

dúvida, mas eram travadas contra outros grupos e tribos, por espaço vital, disputas em torno de áreas de caça, jamais entre segmentos sócios da própria tribo.

Mesmo nas poucas revoltas de massa do passado agrário, já na fase bem avançada da consolidação dos grandes impérios, como o de Roma, não parece haver fatos que justifiquem dar a essas revoltas caráter ideológico.

O que Spartacus, o mais paradigmático dos líderes revolucionários, pretendia, ao inspirar e liderar a revolta dos escravos, não era, positivamente, abolir a propriedade, substituindo o patriciado da república romana por alguma organização de formato socialista, e, sim, escapar, fugir, deixar de ser escravo, emigrar para longe.

- c) Esclarecidos esses pontos, tentemos explicar como se pode definir a diferença moderna, porque, afinal, é o que mais nos interessa destacar.

Na vida econômica de hoje, tudo se altera. Nela se desenvolve, pela primeira vez na história, a capacidade técnica de superar a economia da escassez. O ponto é decisivo!

O fenômeno distributivo, portanto, devido à riqueza abundante e crescente, torna-se socialmente estratégico. Além de ter ressonâncias econômicas completamente distintas, porque, no fundo, o capitalismo atual exige o aumento do consumo agregado, sem o qual sua dinâmica produtiva não se sustenta. A redistribuição passa a ser uma necessidade do próprio sistema. Quando ela é bloqueada pelo poder, o equilíbrio é ameaçado. E as crises tornam-se inevitáveis.

A riqueza que resulta da produção anual é suficiente para garantir o que nunca fora possível antes: um nível de vida adequado para as massas, mesmo respeitando-se a desigualdade necessária, devido à divisão social do trabalho. Admitir a melhoria do nível de vida geral não implica na defesa utópica da “igualdade”. Essa crença tem perfil religioso. Supõe alguma forma de “paraíso”. Não é proposta econômica séria. O trabalho será sempre coletivo, com diferentes funções e compensações para quem o executa. Sempre haverá especializações, divisões, hierarquias, desigualdades de talento e vocação, como parte da condição humana. É o que torna humana essa condição. Cada vez mais numerosas e minuciosas elas tendem a ser.

Seus níveis de acesso à renda são, “necessariamente”, desiguais. Dependem do valor da contribuição individual, do custo e tempo gastos para a formação do especialista.

Por isso, é bem viável prever que sempre haverá padrões diferenciados de participação na riqueza criada, especialmente por parte da classe que assume riscos maiores, comandando o processo de investimento e dirigindo o destino do capital. Seja ela composta pela tecnocracia estatal ou privada.

Não obstante, admitir “desigualdade” distributiva como fenômeno sociológico não significa, de modo algum, aceitá-la da forma como está sendo conduzida pelos donos do poder.

Imperativo, por exemplo, eliminar-se a possibilidade de surgir, no cenário da vida moderna, o que nos aparece na notícia de *O Globo* de sexta-feira, dia 21 de novembro de 2014. Temos aí o retrato escandaloso da desigualdade moderna, sem justificativa funcional, técnica,

social ou mesmo existencial. Fruto da inércia do sistema e da inação do Estado, ela subsiste como fantasma de antigos demônios.

Ao fazer o obituário da “duquesa de Alba”, Maria Del Rosario Cayetana, etc... (seu nome completo consiste em 23 nomes!), a nota registra seus títulos ostensivos de “nobreza”. Chegam a 53, sendo sete de duquesa, 24 de marquesa e 22 de condessa.

O curioso é não estarmos nos tempos aristocráticos de Filipe II. Estamos no início do século XXI! Destarte, não mais se sabe que “ducados, marquesados e condados” são esses, na Espanha moderna. Todos eles deixaram de existir há uns bons 150 anos, mas a lei que regula heranças e preserva direitos adquiridos os mantém intocados.

Sabe-se que a duquesa de Alba era dona de vários palácios na Espanha e em outros países, de uma pinacoteca monumental, com obras de Goya e Fragonard, de uma biblioteca de 18 mil volumes encadernados em couro fino e ouro, da qual faz parte a primeira edição do *Don Quijote*. Vivía de festa em festa, jantares, *soirées* elegantes e viagens sem fim. Possuía uma fortuna líquida ainda não precisamente avaliada, mas que se estima entre 600 milhões de euros e 3,5 bilhões de euros.

Um adendo: já pensou o que significa “um”..., não “três”, apenas “um” bilhão de euros. Não? Claro, ninguém pensa nesses “detalhes”.

O número é esmagador. Seu alcance prático nos escapa. Tentemos trazê-lo para a realidade do dia a dia.

Encontramos o seguinte quadro: quem o herdou decide aplicar 800 milhões de euros em títulos, digamos, a 5% ao ano, média conservadora que Piketty nos indica ser a que prevalecia nos tempos de *Jane Eyre*. Os 200 milhões de euros restantes, ele os reservaria para uso

imediatamente. Estariam ao alcance de um cheque bancário. Dispondo-se a gastar esses 200 milhões de euros a um ritmo consumista forte, por exemplo, cerca de 10 milhões de euros por ano, serão necessários vinte anos de sua vida adulta para gastá-lo! Ao aproximar-se do fim dos 200 milhões de euros, consultando suas reservas, percebe que elas se multiplicaram em função dos juros compostos! Já não são mais 800 milhões de euros o que tem e, sim, para mais de bilhão e meio. Em suma, o tipo gastou de forma enlouquecida e ainda logrou ter mais ao fim do que tinha no início!

Essa é a capacidade de multiplicação do capital. Pode-se manter ativo e exuberante o hedonismo consumista de quem o possui, que não chegará a seu fim. A senhora “duquesa” foi um ser humano que nunca trabalhou. Qual a origem dessa fabulosa riqueza?

Não parece difícil responder.

Sua família foi exemplo histórico de séculos de ostensivo parasitismo social, garantido pela posse de terras enfeudadas, provavelmente a partir de guerras e doações de reis, com suas heranças acumuladas através dos tempos. Seu esplendor, portanto, deveu-se à apropriação dos frutos do trabalho alheio, dentro de uma hierarquia social legitimada, como o notamos anteriormente.

Não há mágica. A renda não cai das árvores como laranjas. Nos tempos feudais, só pela exploração do trabalho alheio, ela se torna realidade.

Os bilhões da “duquesa” foram, portanto, gerados pela extorsão implacável de camponeses, além do sobrepreço cobrado a mercadores, que, desde Jaime II, origem da família, trabalharam as terras de sua propriedade e comercializaram seus excedentes, sob as condições legitimadas. Milhões viveram e morreram anônimos, a imensa maioria

na miséria, legando para os proprietários a riqueza colossal que veio se multiplicando ao longo dos tempos.

Há algo ainda mais grave.

Hoje, a duquesa de Alba não estaria sequer no *ranking* dos mais ricos. Basta consultar a relação dos bilionários da *Fortune*, ou ver a mais recente relação dos 67 mais abastados bilionários do mundo, publicada na revista *Super*, número de abril. A base é retirada de dados oficiais, especialmente organizados pelo Banco Mundial.

Os 3 bilhões de euros da “duquesa” envergonhariam, como limite de sua fortuna, qualquer Carlos Slim, o bilionário mexicano das comunicações. Seria objeto de desdém por parte dos grandes xequês árabes do petróleo, cujos nomes nem aparecem na lista por conservarem suas fortunas em prudente sigilo. Certamente, seria objeto da ironia de um bilionário da informática, como Bill Gates, o mais rico do mundo, ou do russo Alisher Usmanov, ex-burocrata socialista, que hoje comanda a *holding* de mineração do país.

Devido a sua capacidade de automultiplicação pela inércia dos juros, temos casos como os da senhora “duquesa de Alba”, cuja riqueza foi herdada. Mesmo no caso de capitalistas modernos, a herança, tal como garantida por lei, é fator de distorção social. Stiglitz exemplifica com Liliane Bethencourt, herdeira de Eugène Schuller, fundador da L’Oreal. Herdou originalmente 2 bilhões e meio de euros que, hoje, em juros compostos, já somam cerca de 34 bilhões de euros. Como a duquesa de Alba, a Sra. Liliane jamais trabalhou.

Três bilhões de euros, como meta de riqueza – notemos, por favor –, não seduzem a nenhum dos grandes da elite econômica. Todos eles desejam muitíssimo mais! Mesmo sendo impossível habitar dez

mansões simultaneamente, saborear vinte banquetes sucessivos, andar em cinco jatos e iates de luxo ao mesmo tempo e beber mil litros por dia de Romanée Conti ou Reims Cristal, todos querem mais. Embora seja evidente haver limites físicos para o desfrute da riqueza, não se atenta para o fato. Todos querem mais.

A conclusão é óbvia. A sociedade moderna tem condições estruturais de gerar, produzir e concentrar renda de forma bem mais escandalosa que o velho poder feudal, acumulando fortunas que excedem em muito a capacidade de serem consumidas.

Os dados de concentração da renda, alinhados pelos pesquisadores, comentados pelas revistas e citados por Stiglitz e Piketty, são, portanto, assustadores. O destino dessa renda é um só: grande parte dela não retorna para o circuito econômico. Acumula-se sobre si mesma, por não ser capaz de ser consumida nem investida!<sup>20</sup>

A justiça social poderia avançar. Mas não é o que se vê, devido ao padrão ético dominante. Fundadores e financiadores do famoso e dinâmico movimento *Tea Party*, por exemplo, nos Estados Unidos, são exemplo dos valores que ordenam a conduta e as ações desses bilionários.

Os irmãos Koch, da indústria de energia, criaram o Grupo. Os dois pertencem à lista dos dez mais ricos do mundo, com fortunas combinadas de cerca de 84 bilhões de dólares. São ativistas obstinados em defesa do direito de se concentrar a renda. Mais ainda. Defendem a diminuição drástica dos impostos cobrados aos ricos.

É óbvio que por esse caminho não se vai longe. Seguindo-se pela linha do *Tea Party*, a enorme mancha da miséria atual, com sua indignância evidente até nos grandes e ricos centros urbanos mais importantes, tenderá a expandir-se.

Se afastarmos do Estado a função de corrigir os desequilíbrios do sistema, seja pela política tributária ou que outro meio venha a ser o indicado, estaremos no caminho da perdição. Garantir projetos de emprego e inclusão social, sem danificar, em nada, a capacidade de investir e bem recompensar quem investe, coordena e dirige o resultado desse investimento, tem como alvo a socialmente correta “aplicação” do excedente, e não a “ostentação” do excedente. Nada mais. Lembremos, o trabalho que o gerou foi coletivo.

O que não se justifica é o fato de 0,1% da população ativa controlar mais de metade da renda produzida, mantendo recursos imensos em relativa ociosidade econômica, aplicados em luxo ostensivo, ou metidos em paraísos fiscais.

Estrategicamente redistribuída, sob a indução de um Estado competente, a riqueza teria condições de multiplicar empregos, eliminando a fome e o desabrigo de milhões.

Notemos a expressão “Estado competente”. Este é o ponto débil do raciocínio. Mas não custa nada tentar, exercendo-se com sabedoria elementar a vontade democrática. Não parece haver alternativa política para a condução do processo.

## VII

A consciência social moderna tem responsabilidades acrescidas. Um de seus problemas é analisar o papel das novas classes sociais. O fato é decisivo para uma nova política tributária, já que a acumulação não flui apenas na direção dos donos do capital. Não é só o capital aplicado que concentra renda e, sim, a maioria que vive de um tipo de trabalho, ligado a serviços altamente valorizados. A mesmerização dos

estudiosos em torno da velha polaridade “capital-trabalho” prejudica a compreensão do fenômeno redistributivo.

A nova classe média patrimonial é fenômeno historicamente recente. Coisa de uns bons sessenta ou oitenta anos. Sua existência alterou a forma como tradicionalmente, desde os tempos de Marx, descrevia-se o processo de estratificação social. A ponto de não mais existir a forma de “pirâmide” e, sim, a de uma espécie de “diamante”, na organização interna da sociedade, com o centro constituído pelas diversas gradações da “classe média”.

O que nos interessa fixar é o fato de seu topo, ou “alta classe média”, ter alguns de seus expoentes em lugar de destaque no *ranking* dos milionários, isto é, daqueles que ganham acima de um milhão de dólares por ano.

Sua origem está no aumento das especializações, função derivada da complexidade técnica crescente do sistema produtivo. O fenômeno, dialeticamente, gera vigoroso aumento e importante diversificação dos padrões de consumo. Forma-se a nova “sociedade afluyente”, da qual emergem, pelo talento, artistas, atletas, políticos, jornalistas, escritores, modelos, constituindo um grupo denso de “celebridades” que sustenta os novos padrões de consumo, moda e diversão. Seus ganhos anuais chegam a 100 ou 150 milhões de dólares no topo, tudo derivado de contratos, participações, bônus, direitos autorais e de imagem, pagos por seu “trabalho”.

Na modernidade de massa, são atividades de alta rentabilidade as ligadas a lazer, turismo, pesquisa científica, gastronomia, serviços legais e médicos, estética, moda, desenho industrial e propaganda, diversões como a indústria do cinema, da televisão e do esporte de massa, além da literatura para o grande público e tantas outras formas de ativida-

des profissionais que passam a fazer parte da geografia econômica. Os ganhos dessa alta classe média formam um novo setor de atores sociais, cujo nível e estilo de vida excede qualquer imaginação. Vivem num borbulhante *Roaring Present*, que se estica por toda a vida útil, chegando a até idades bastante avançadas, no caso de alguns artistas, como escritores, pintores, escultores, arquitetos, cantores populares, maestros, virtuosos do piano, violino, cantores líricos, etc.

Notemos um dado original. Todo esse mundo pertence, tecnicamente, ao setor “trabalho”. Repito: ao setor “trabalho”! Só que este é percebido de forma diversa daquela como os clássicos e o marxismo perceberam o “trabalho”.

Muitas dessas celebridades atuais têm origem social baixa. São pessoas oriundas até da zona rural, onde não dispunham de recursos para investir, surgindo como atletas e cantores de música sertaneja, ou jovens sem eira nem beira, que se reúnem para produzir música *pop* e acabam milionários famosos. Invariavelmente, iniciam a vida sob um contrato. Dependendo de seu talento, firmam-se. Não raro, bem mais adiante, alguns passam a ser “capitalistas”, quando decidem participar do processo produtivo, depois de acumularem prestígio e renda com seu trabalho. Mas nunca é demais insistir: é do “trabalho” individual que surgem para a vida.

Por outro lado, na área restrita ao “capital”, houve também transformações derivadas da complexidade em aumento do mundo empresarial, remunerando o “trabalho” de modo específico. Tudo devido ao gigantismo e à complexidade crescente do processo produtivo. A corporação anônima, e mesmo as grandes empresas com donos conhecidos, exigiu, para seu correto funcionamento, o trabalho de engenheiros, técnicos diversos, advogados, contadores e financistas,

todos como executivos especializados. Esse grupo passou a se responsabilizar pelo processo decisório, comandando o sistema, decidindo sobre fusões, contratos com o governo, formação de conglomerados, preços, volume, qualidade, orientando o fluxo dos investimentos, decidindo sobre inovações e aplicações financeiras. Não é raro que funcionários modestos escalem a hierarquia das empresas e terminem compondo suas diretorias.

Um mundo novo foi sendo aberto para a ação desse setor da classe média. A repercussão nos valores foi clara. Ante as difíceis exigências postas no dia a dia da vida empresarial pela dinâmica competitiva entre gigantes, a tendência foi aumentar a preocupação egocêntrica para necessária defesa de posições pessoais, ampliando as faixas de indiferença social. Forma um conjunto humano motivado apenas por seu êxito, acumulando, progressiva e aceleradamente, rendimentos que eles mesmos definem, em termos de bônus, salários e prêmios especiais.

Notemos, é situação relativamente nova. A tecnocracia capitalista nunca decidiu, nos velhos tempos de Rockefeller, Krupp e Morgan. Assistentes do poder decisório compunham os quadros de assessoramento técnico. Hoje, seus componentes chegam a se constituir numa espécie de híbrido sociológico, porque, sendo “trabalho”, são, acima de tudo, vozes e ações que agem e decidem em nome do “capital”. Seus direitos conquistados de fixar “salários e bônus” contratuais, os consolidam como “trabalhadores da classe média”. Mas, em termos de participação na renda gerada e da dinâmica da vida social, são parte do comando do “capital”, da elite estratégica, situando-se, inclusive, entre os mais ricos.

O fenômeno, sendo novo, perturba. Faz Piketty vacilar na classificação. Onde situá-los? Como “trabalho” ou como “capital”? Piketty não

nos esclarece em seus quadros, cedendo, algumas vezes, a imprecisões classificatórias. Acima de tudo porque, em sua obra, ora toma por base o conceito clássico de trabalho, ora o moderno.<sup>19</sup>

É constatável haver um crescente setor de “milionários”, que, surgindo ano a ano dos setores do “trabalho”, tornam-se celebridades, penetrando, por seu padrão de vida, nos círculos sociais reservados às elites de poder e prestígio social, participando, de forma ostensiva, na dinâmica das desigualdades distributivas.

Difícil aceitar, mas, nas sociedades mais ricas, esse tipo de deformação social já é fato comum. A abundância da renda concentrada faz com que nessas sociedades convivam bilionários capitalistas e esse tipo *sui generis* de “classe média” afluyente, lado a lado, rua a rua. E os dois, braços dados, seguem sua marcha de esplendor, em meio a sinais claros de pobreza nos guetos étnicos de Nova York, Chicago, Paris, Londres, Marselha, e em tantas outras sociedades do luminoso Ocidente, por onde perambulam desabrigados, em farrapos e sem teto, a vagar pela solidão do abandono, revolvendo latas de lixo para nelas encontrar o que comer. Já não falo de Bangladesh, ou mesmo do Rio de Janeiro. Falo das sociedades de alta renda *per capita*.

## VIII

Por tudo isso, é possível afirmar que, no mundo moderno, o processo de acumulação capitalista assume características próprias.

Sua fonte, digamos, “clássica”, não tem como sustentar-se no mundo cibernético moderno. Por essa razão, tratamos de buscar suas causas no diferencial do poder. O que dá ao Estado função regulatória específica, já que o problema do poder está no centro das ações e decisões de política.

As dificuldades quanto a esse ponto são antigas. O curioso é não ter sido percebido o evidente paradoxo nelas contido, porque, no caso das ações corretivas e protetoras do Estado, tanto os defensores quanto os críticos sempre o aceitaram. Eis aí o aparente absurdo. Entre os acusadores da “livre empresa”, isso é compreensível. Mas é impossível admitir essa aceitação por quem defende a liberdade do agente econômico. Carece de lógica a ressalva do em “certas circunstâncias”. Para terem um mínimo de coerência, não podiam aceitar em “circunstância” alguma. Mas a realidade o impõe. A despeito da retórica veemente em favor da liberdade do mercado e do magnífico automatismo do sistema de preços, a intervenção do Estado sempre foi, não só aceita, senão também, em certos casos, desejada pelos capitalistas e bem assimilada pelos teóricos do liberalismo. Eis o paradoxo da questão.

Se sempre foi assim, esse fato abre para o presente que vivemos a perspectiva de recusarmos as teses do *Tea Party*, usando-se, com apoio de todos, o poder regulamentador do Estado.

Conferindo fatos do passado, vamos analisar melhor o assunto. Exemplo: as leis de proteção à pobreza e outras mais, de origem medieval, contra a chamada “usura”, sempre foram de responsabilidade do Estado. Nada mais eram que intervenções politicamente orientadas na regulação da vida econômica. Aceitas por todos.

Note-se ainda que a intervenção do Estado não tinha apenas esse viés socialista exclusivo, o de defender os desvalidos. Quando a lógica do mercado livre mostrava-se inviável para superar crises e garantir o retorno à normalidade, eram as classes dirigentes as que se valiam do Estado, em busca de salvação. Como em 1930, como em 2008, como sempre. A “mão invisível”, nessas fases, tornava-se verdadeiro trambolho.

Mais ainda. O fato não se resumia a épocas de crise. O Estado sempre protegeu o poder econômico de modo frequente e assíduo. Caso paradigmático, porque coincidente com a época em que Adam Smith doutrinava sobre a força do mercado livre, foi a defesa persistente do monopólio inglês ante a possível concorrência de produtos agrários norte-americanos. Não interessava aos produtores ingleses manter o livre jogo do mercado. A chamada “Lei dos Cereais” os protegia, isto é, protegia sua ineficiência, contra os interesses do povo e contra os efeitos da livre ação das leis do mercado.

O Estado, reservando o mercado nacional para os mais caros produtos ingleses, mostrava, na prática econômica, como é válida sua proteção toda vez que dela necessitam os produtores, para sustentação de seus lucros, e os trabalhadores, para garantir sua fonte de sobrevivência. Essa lei intervencionista só foi abolida nos anos 1830 do século XIX.

O mesmo se deu no processo de unificação da Alemanha, com o novo Estado a proteger as ineficientes indústrias prussianas ante a concorrência dos mais baratos produtos industriais ingleses. Os exemplos podem ser multiplicados *ad nauseam*. Pertencem à história das economias nacionais.

A referida crise de 2008 foi considerada, por Stiglitz, exemplo prático relevante das “ideias equivocadas” sobre o automatismo do mercado, como aparece claramente nos depoimentos de Alan Greenspan, o czar do FED, sobre o fenômeno.<sup>20</sup>

Não obstante, não é apenas problema de crença, como o próprio Stiglitz mais adiante corrige. Esse economista famoso, afirmando que, sem a proteção do Estado, historicamente provada como indispensável, o capitalismo não teria e não terá como viabilizar-se, vai mais longe. Admite que, no fundo, todos sabem disso.

Portanto, mais do que “crença”, é certeza, é artimanha. E exemplifica. Descreve o comportamento dos grandes executivos, especialmente os da área financeira, responsáveis pela crise. Sublinha que todos se mostraram bem tranquilos ante o corre-corre. Sabiam que o Estado não podia deixar de intervir, deixando-os à deriva, entregues à lógica do mercado, sob pena de paralisar todo o sistema econômico e quebrar a sociedade.<sup>21</sup>

O toque darwinista do liberalismo seria, portanto, mera hipocrisia. Ao defender que o sistema sempre aceitou as crises e a quebra dos mais fracos por incompetência, esquece que o pragmatismo político jamais deixou de afirmar o inverso na hora das crises: não se pode deixar que o desacerto do poder capitalista afete a vida de milhões de inocentes. Em caso de crise, a intervenção é uma necessidade. E assim tem sido, provavelmente para constrangimento dos liberais. A pergunta pertinente é: se assim o foi sempre, por que não estender a mão do Estado para gerir as consequências que se desdobram com a crise atual?

Não se justifica a relativa paralisia da ação interventora, uma vez lograda a estabilidade relativa. Não se cura tosse com esparadrapo na boca. Sem resolver as causas da crise, outras crises surgirão. E algo como muitos trilhões de dólares continuarão a serem retirados do bolso dos contribuintes e transferidos para os capitalistas financeiros e os tecnocratas do setor.

Já notamos anteriormente esse curioso vai e vem do processo ideológico. Vimos como o ser humano tem a tendência de abusar da vitória, quando julga estar ganhando. Foi por essa razão que o processo intervencionista do pós-guerra levou a distorções evidentes. E, com elas, criou, na década de 1980, um cenário favorável ao retorno

das ideias liberais. O Estado intervencionista e planejador, no pós-guerra, agigantara-se em massas de emprego público, decisões inúteis, investimentos fora de propósito, tributações exageradas e programas assistenciais multiplicados. A propensão estatizante sucumbiu ante seus próprios abusos.

O colapso do socialismo, por outro lado, só fez acelerar o processo da reversão ideológica. A partir desse ponto, entrou-se na rota do extremo oposto. Foi a era dourada das políticas de desregulamentação e privatização acelerada, que tanto enervaram a paciência dos estudiosos, dando munição à crítica. Com a desregulamentação e o ajuste para baixo nos impostos cobrados aos mais ricos, consagrava-se a visão liberal contra a intervenção do Estado. O que se fez foi legitimar, como necessária, a tese altamente suspeita de ser essencial a acumulação da riqueza nas mãos de “quem investe”.

Mesmo na era Clinton, com os democratas no poder, não foi possível alterar essa política. Foi mantida, em níveis baixos, a cobrança de impostos aos mais ricos. Aceitou-se a tese, legitimada pelo neoliberalismo, da chamada “dama de ferro”, a nova líder do Ocidente, Margareth Thatcher. O Estado perdeu relevância como instituição dedicada a equilibrar socialmente o sistema.

Olhemos os gráficos apresentados por Piketty. Lá está a resultante social dessas políticas: o aumento descontrolado do desequilíbrio distributivo. A percentagem da renda nacional sob o controle dos mais ricos chegou, em 2010, a 35% nos grandes países europeus (fora a Escandinávia); e, nos Estados Unidos, a um inacreditável 50%, repetindo a fase dourada dos *Roaring Twenties*, como revela a página 249, Tabela 7.3. Isso significa que trinta milhões de europeus (10% da população ativa, em números aproximados) retinham para si ou para

suas empresas algo em torno de 4 trilhões de dólares (35%), enquanto, nos Estados Unidos, a proporção era mais significativa. Os 10% somavam algo em torno de vinte milhões de adultos concentrando 7 trilhões de dólares (ou 50% da renda gerada). Em relação à década de 1970, a ascensão, foi, sem dúvida, galopante.

O período foi chamado, ironicamente, por Joseph Stiglitz, de *Roaring Nineties*, parodiando os desacertos dos anos pré-30.<sup>22</sup> Como resultante, o topo desses 10%, o restrito grupo dos bilionários, passou de 0,2% da população global, em 1987, estimado, nos Estados Unidos, em cerca de 500 mil indivíduos, para 1,5%, em 2013. Cerca de 4,5 milhões, considerando-se o aumento demográfico do período.<sup>23</sup> Por outro lado, a renda média desse grupo de privilegiados, que girava em torno de 1,5 bilhão de dólares, em 1987, subiu para cerca de 15 bilhões de dólares,<sup>24</sup> descontados os engodos encaixados nas declarações formais.

Parte considerável da renda, portanto, foi concentrada nas mãos de minorias cada vez mais ricas, sendo, evidentemente, impossível consumi-la.

Evidentemente, não é adequado interpretar esses dados de modo simplista. É importante relativizar. Boa parte dessa riqueza não é efetiva. Representa a participação acionária que depende do valor das empresas no mercado. Exemplo: quanto vale a Petrobras hoje? E o Grupo Eike Batista?

As flutuações indicam a perda de ativos, por múltiplas razões, levando seus acionistas a perdas significativas. A própria inovação tecnológica altera a relação de poder entre as empresas e o mercado. Mesmo assim, por mais que se relativize, não se pode desconhecer a existência

desse poder nem negar evidências. Nesses ativos existe uma parte líquida impressionante, como a retirada mensal ou anual, criando desequilíbrios de renda que ativam desníveis difíceis de imaginar.

Como resultante, temos um número impressionante de indivíduos e famílias detentoras de fortunas inviáveis. É só uma breve consulta aos dados relativos a gastos mundiais com helicópteros privados, jatos executivos e até “jumbos” particulares, com decoração interna de hotel de luxo, iates sofisticados, lanchas magníficas, roupas de grife, automóveis feitos sob encomenda, adegas imensas colecionadas para desfrute especial, pratarias, quadros raros e móveis caros, tapetes orientais, joias, cristais, casas de veraneio em sítios paradisíacos, com cavalos árabes ou puros-sangues de saltos, à disposição dos donos e convidados, mansões espalhadas em várias cidades do mundo, com seus exércitos de serviçais, contratados por essas famílias, para atender a si e a seus hóspedes. Com essa análise dos fatos, sentimos as dimensões do volume de recursos à disposição desses senhores do poder. Embora não seja fácil avaliar o verdadeiro montante, devido aos ardis contábeis, às informações camufladas e aos segredos bancários das contas *offshore*.

Por tudo isso, quem fizer uma pesquisa desse tipo terá dificuldades, mas será recompensado com um retrato assombroso da verdadeira situação criada pela concentração atual da renda.

São minorias que formam grupos interrelacionados. Suas fortunas permanecem se acumulando como “riqueza”, e, ao contrário do pensamento dos liberais, a maior parte dela não se transforma em “capital”, porque não reingressa no sistema econômico como investimento.

A referida crise de 2008 foi, portanto, um estopim aceso. Estimulou a consciência moral dos tempos ante a possível explosão iminente. Não mais parece admissível ver um Estado inerme ante a miséria que marca a vida de centenas de milhões de seres humanos.

Daí a avalanche de livros sobre o tema. Entre tantos deles, ficamos com os mais recentes, divulgados a partir de 2012, sobretudo os principais, que tomamos como referência: o do já referido Prêmio Nobel, Joseph Stiglitz, e o de Thomas Piketty, recém-editado no Brasil. São os dois mais destacados.

Preferimos separar, para comentários, o livro de Thomas Piketty. A preferência deve-se a sua receptividade. Tornou-se um *best-seller* internacional, traduzido para mais de vinte idiomas. Nem *O Capital*, de Marx, logrou essa proeza, ao surgir para o público em 1867. Foi lido e relido, sem dúvida, teve edições e traduções que aumentaram seu número com o tempo, mas tudo logrado ao longo de quase dois séculos, e não de quatro ou cinco meses!

Sem a mudança do “clima” ideológico, difícil explicar tamanho êxito. O livro é um calhamaço de quase setecentas páginas, cheio de dados e de gráficos, todo ele voltado para temas sobre a dinâmica do capitalismo moderno. Positivamente, nada tem de leitura de massa. O fato revela importante modificação na densidade da consciência ética moderna. Mesmo que o livro seja abandonado em meio à sua leitura, suspeita pessoal, podendo ser incluído na categoria dos mais citados e comentados entre as obras “não lidas”, à *Ulisses*, de Joyce, seu nível de venda revela algo surpreendente.

Provavelmente, muito desse êxito é fruto de seu título apelativo. Já o notamos. Mas algo se deve também à forma mais direta do estilo comunicativo adotado. O livro de Stiglitz, por exemplo, é cansativamente técnico, sendo, de certa forma, prolixo e, principalmente, limitado a uma análise da economia dos Estados Unidos.

Piketty, ao contrário, reuniu dados universais. Atrai o leitor comum pelo pouco uso que faz do “economês”. Com alguma paciência, o leigo, se teimoso for, pode segui-lo. Por outro lado, usa o apoio da literatura, com exemplos da obra de Jane Austen e Balzac, o que facilita. É algo novo em livros técnicos de economia, como notaram resenhas críticas atuais.<sup>25</sup> Embora Marx já o tenha feito há cerca de 150 anos, usando principalmente Eugene Sue, mas também algo de Balzac e Dickens, não o fez em sua obra base, *Das Kapital*. Piketty o fez na sua.

Bem aceita por muitos economistas foi sua contestação à “curva” de Kuznetz. Como vimos anteriormente, o objetivo desse autor foi provar a tendência autocorretiva do sistema para o nivelamento relativo da renda gerada. Tratou o assunto no contexto da guerra fria para ajudar o aliciamento dos indecisos. Piketty desmonta o argumento, da mesma forma que Stiglitz. Ambos registram o processo acumulativo por meio da antiga simbiose entre o poder político e o econômico, especialmente a partir da década de 1980. A forte concentração da renda no topo da pirâmide social foi resultante dessas políticas.

Por outro lado, a condenação à tendência matematizante da economia moderna, que para ele tem se afastado de sua origem como ciência social, também pode ser considerada fator importante. O ponto foi louvado em recente entrevista à *Folha de S. Paulo*, pelo economista François Chesnais.<sup>26</sup>

Já resumimos sua tese básica. Se a renda do capital ( $r$ ) tem ritmo superior ao do aumento do Produto Bruto ( $g$ ), a concentração da renda é inevitável. Foi isso que ocorreu no passado rural milenar. E o mesmo acontece no presente pós-industrial, transformando a riqueza herdada num fato difícil de ser evitado.

Publicações especializadas, a partir do *Financial Times*, contestam os dados, como mostramos anteriormente na nota 25. Debatem sua precisão e seus métodos de organizá-los. A revista *Época*, da primeira semana de agosto, traz bom artigo crítico, acessível a todos. São muitos os trabalhos desse teor. Alguns insinuam impostura, outros correm em defesa do autor. Tenho conversado com alguns jovens que chegam a considerá-lo um simplificador, conceitualmente confuso, um populista econômico. Muitos, um novo Marx!

Piketty respondeu diretamente apenas a Chris Gilles, editor econômico do *Financial Times*. Aos outros, sua odisseia de palestras, *talk-shows*, mesas-redondas, conferências e debates públicos se encarregam da resposta, como o fez em sua visita ao Brasil.

Parece-nos convincente sua tese de não se transformar os dados em “fetichê”. Podem ser, e certamente serão, aperfeiçoados. O que ele pretendeu foi revelar uma tendência perigosa, nada mais.

O reparo que faço nenhum desses críticos o fez. É o fato de Piketty não haver escapado do fascínio antigo do conceito reducionista de “trabalho”. A partir dele, analisa a desigualdade na sociedade de serviços moderna, na era da cibernética e da automação, como sendo expressão da dicotomia clássica “capital-trabalho”. Só que não mantém o conceito de forma coerente, tornando-se ambivalente, como iremos ver.

A definição de “trabalho”, cuja base é o esforço físico elementar, vem dos clássicos. Ao ser aceita e incorporada por Marx em *O Capital*, foi sacramentada pela esquerda. Não a percebo mais como válida, mas Piketty a utiliza. Reduzir “trabalho” apenas ao esforço físico do “chão de fábrica”, realizado pelos que acionam máquinas, ou dos que, nos “canteiros de obras”, transportam ferros, peças e pedras nas construções pesadas, é reducionismo difícil de ser aceito.

Essas e outras atividades, cuja base é a força e destreza física, foi a característica dos milênios, em que o homem do povo ganhava sua pobre vida erguendo a estrutura física da sociedade, com seus diques, palácios e rede de estradas. Esse esforço se unia ao do camponês, sempre a manejar, de sol a sol, a enxada e a foice, conduzindo o arado que o cavalo arrasta, preparando a sementeira. Sua base rude e a grande exigência física fornecem o elemento factual para a teoria do trabalho como criador da riqueza, tal como proposta pelos clássicos e aceita por Marx.

Hoje, é praticamente impossível reduzir “trabalho” a essa visão herdada do mundo agrário, extensivo aos primórdios do industrialismo. Trata-se de mundo em extinção acelerada, como o notamos. Além do mais, num espaço econômico tecnologicamente novo, predomina a economia de serviços, onde o esforço físico não é sequer perceptível.

Destarte, o que vemos, hoje, é uma sociedade em que o “trabalho” humano se amplia e diversifica, em formas cada vez mais especializadas. Como parte de sua dinâmica, vai sendo formada importante sociedade de serviços, gerando extensa “classe média”.

O estudo da acumulação da renda e de sua redistribuição interna teria de adaptar-se a esse fato. Teria de incorporar nos gráficos a parte que compete ao tipo de trabalho da classe média, não apenas ao “capital”,

porque o papel dessa classe, no conjunto do esforço coletivo e no processo acumulativo, é cada vez mais relevante. Piketty parece sentir esse drama metodológico, mas não o enfrenta como deveria e por isso não considera pertinente examiná-lo em detalhe.

É pena. É fenômeno que caracteriza a modernidade, o “século XXI”, que tanto o preocupa. Século que não é só do “capital”, mas de um novo tipo de “trabalho”.

O resultado do reducionismo conceitual é tornar confuso o raciocínio. Nos gráficos sobre acumulação da renda, apresentados por Piketty, a parte que compete ao “trabalho” de setores estratégicos da classe média acaba sendo incluída no setor “capital”. É só analisá-los com cuidado para ver a inclusão, com referência explícita e detalhada na página 280. A justificativa parece ser a de que parte dessa classe tornou-se “patrimonial”, como ele mesmo diz, especialmente depois de analisar essa forma de “patrimonialismo”. Vemos a consideração feita na página 260. Assim, ele define segmentos sociais que souberam acumular patrimônio próprio. Mas o fato de o autor metê-la na rubrica “capital”, sem maiores considerações, embaralha e confunde.

Acima de tudo porque o mesmo fenômeno “patrimonialista” ocorre com a elite proletária. Formada por técnicos assalariados, políticos sindicalistas ou profissionais autônomos, segmenta-se em diversos estratos diferenciados, muitos deles acumulando renda acintosamente, de acordo com sua posição estratégica no processo político-social. Depois de alguns anos, muitos parecem estar bem dotados de renda própria, chegando, não raramente, a ocupar altos postos no governo e na economia. Considerá-los parte do “capital” parece demasiado forte! Lembremos que, no Brasil, um ex-metalúrgico, galgando os degraus da política de modo rápido, hoje é dono de fortuna difícil

de ser mensurada, incluindo um triplex de quatrocentos metros quadrados, como simples morada de verão, de praia.

## XI

Falamos em “classe média”. Como, sociologicamente, classificá-la? Esse segmento social é chamado, ortodoxamente, de “médio” pelo fato de ocupar posição intermediária entre os empresários capitalistas e os proletários que ainda realizam esforço predominantemente “físico” e não “intelectual”. A classificação seria um resquício do modelo antigo.

“Classe média” seria aquela cujo “trabalho” não tem ligação, nem “direta” nem “física”, com a produção da riqueza. Sua ligação é apenas “indireta”. Realiza-se através por meio da prestação dos serviços especializados requeridos pelo sistema. Como não cria, diretamente, “riqueza”, não poderia ser “trabalho”. Ocorre que, sem esses serviços, não há “produção”; ocorre que o “trabalho” é obra coletiva; ocorre que, sem as máquinas projetadas por técnicos da “classe média”, não haveria proletário. Somos todos, portanto, agentes da dinâmica produtiva, “trabalhadores”. A contribuição desse segmento social para a geração da riqueza vem crescendo ano a ano, tornando-se, hoje, não só imensa, senão indispensável, especialmente na área da ciência e da tecnologia. É dela que decorre o impressionante avanço da capacidade produtiva.

A negligência no tratamento dessas novas funções sociais, no processo de acumulação e distribuição da renda, complica a análise de Piketty, como a dos outros críticos. No caso de Piketty, torna-se até um paradoxo sociológico. Lembremos que um de seus pontos principais foi destacar, entre as causas da crise de 2008, o papel estratégico dos diretores e executivos das grandes corporações. Agindo como

grupo corporativo e comandando o processo de investimentos, distorceram a economia, sem nenhuma contrapartida no aumento da produtividade. Foi decisão de “poder”. Piketty sente-se forçado, por tudo isso, a incluir esse segmento do setor “serviços” na categoria reservada ao “capital”.

É curioso, porque parece bem claro não ser possível negar sua razão de ser, primeiro como “trabalho”, e segundo como “trabalho” ligado ao papel econômico da “classe média gerencial”. Logrando o poder juridicamente legitimado para fixar seus próprios ganhos, passaram a consolidar fortunas pessoais que os situa no topo dos 10% da sociedade.

Não obstante, são todos vendedores de serviços. Hoje, atuam profissionalmente numa determinada empresa, amanhã em qualquer outra, desde que lhes seja oferecido mais e maiores vantagens. Alguns chegam, no tumulto ansioso da carreira, a mudar de empresa como quem muda de carro. Não pertencem a ninguém nem a nenhuma instituição. Pertencem a eles mesmos na venda de sua competência especializada. Sua posição é relevante no processo de acumulação e distribuição da renda.

O mesmo se dá com outros segmentos da classe média moderna, cujo “trabalho” lhes permite acumular “patrimônio” avultado, como veremos pouco adiante.

Manter a divisão clássica entre “capital” e “trabalho”, a ponto de começar o livro com a greve dos operários das minas de platina de Marikana, na África do Sul, revela-nos inclinação teórica passivamente obediente aos clássicos e, portanto, obsoleta.

O Gráfico 12.1, na página 433 da edição do livro de Piketty que consulto, é sintomático dessa confusão conceitual, com importante

ausência de esclarecimento. Nele, o papel econômico da “classe média” é patente, mas tem lugar pouco preciso no esquema divisório da distribuição da renda.

## XII

Por isso, julgo pertinentes algumas observações adicionais que podem ser necessárias para colaborar no esclarecimento de assunto tão atual e tão moralmente decisivo.

Anotemos alguns desses pontos, sem nenhuma pretensão de esgotar o cenário aberto para correções possíveis à obra de Piketty.

- 1 – Em primeiro lugar, devemos eliminar o verniz ideológico que muitos atribuem a ele. A despeito do título escolhido para seu livro, não o vejo como neomarxista. Mesmo porque algumas posições que defende contestam teses fundamentais de Marx. Entre elas, a tendência suicida do capitalismo como inevitável e a da pauperização crescente das massas. Mais ainda: em ponto algum menciona a teoria da “mais-valia” como fonte da acumulação, embora sua insistência no conceito clássico de “trabalho” nos induza a crer em sua aceitação. Para completar o desacordo, Piketty mostra-se favorável à propriedade privada dos bens de produção, cabendo ao Estado regulamentar o processo.

Sua visão do capitalismo moderno é a de um sistema com dinamismo próprio, que se aproveita de uma sociedade secularmente estagnada para, em pouco mais de dois séculos, criar um mundo rico e complexo, com forte aceleração histórica do desenvolvimento. O apocalipse previsto com seu desmonte inevitável transforma-se na apoteose da melhoria dos padrões

de consumo e do nível de vida da imensa maioria, cujo acesso a bens sofisticados é garantido pelo moderno sistema de crédito.

- 2 – Em segundo lugar, a despeito de seu elogiável esforço de pesquisa, enriquecendo com dados novos o “calcanhar de Aquiles” do capitalismo atual – a forma como se redistribui a renda –, os conceitos lacunosos já aqui esboçados necessitam de ajustes, senão mesmo de correções.

Completemos, agora, os comentários feitos sobre o conceito de “trabalho”.

No exemplo já referido, da exploração de operários das minas de Marikana, torna-se evidente aceitar e usar como referência classificatória o conceito de “trabalho” proposto pelos clássicos e aceito por Marx. Mesmo conceito que ainda vigora quando celebramos, em louvor do operário, o 1º de maio como Dia do Trabalho. Como se ninguém mais “trabalhasse”!

A resultante é complicada, porque, quando resumimos a oposição entre o “capital” e esse tipo de “trabalho”, como o fenômeno básico para explicar a divisão da renda gerada, estamos positivamente fora dos trilhos da história econômica moderna, regressando, implicitamente, à teoria da “mais-valia”. Reduzir um fenômeno multiforme ao simplismo da acumulação, reduzida à dialética do “capital” explorando o “trabalho” físico, é despedir-se da razão crítica para manter, com o olhar fixo dos obstinados, mera posição ideológica.

Por essa via, teríamos, certamente, dificuldades imensas para esclarecer o problema da geração e distribuição da renda no

mundo moderno. Teríamos de excluir dela o imenso conjunto das empresas em que a relação geradora da “mais-valia” não é visível, já que nelas a massa de trabalho é constituída por técnicos de computação, contadores, projetistas, desenhistas, matemáticos, engenheiros, pesquisadores, gerentes, etc. Nelas, são raríssimos os operários. E, quando existem, ocupam-se dos serviços de “manutenção”, transporte interno de materiais e limpeza, jamais da “produção” direta da riqueza. Teríamos também de eliminar as empresas de serviços, inclusive as financeiras, que formam as grandes fortunas do mundo, porque nelas o número de proletários é praticamente inexistente. Seus lucros não vêm da “mais-valia” e, sim, do diferencial do valor objetivo das ações no mercado de títulos, além de juros sobre empréstimos. Warren Buffett, o terceiro homem mais rico do mundo, controla empresas financeiras. Nelas, o papel do proletário é nulo. Qual a origem, então, de seus quase 70 bilhões de dólares? Onde se escondeu a fonte da “mais-valia”, da qual vem se apropriando?

Piketty percebe, desde logo, ser impossível excluir de suas preocupações todo esse imenso setor da economia, mas o faz de modo inadequado, para não perturbar sua divisão principal.

É meio às pressas que dedica algumas páginas à função da nova classe, mesmo sendo ela que define a estrutura social do mundo “pós-industrial”.<sup>27</sup> E, quando o faz, o faz mal, por ligá-la a “rendimentos” e não a “funções”, para defini-la.

Classificar por nível de renda é enganoso. Teríamos de incluir na “classe média” o grupo da elite proletária bem remunerada. E dela teríamos de excluir alguns pequenos funcionários públicos e privados de baixa hierarquia, classe média típicos, já que seu nível de renda não passa, muitas vezes, de três ou

quatro salários-mínimos. Não obstante, vendem serviços e não “trabalho físico”. Além de classificar como parte do “capital” os que acumulam fortunas por serviços técnicos ou artísticos, vendidos pessoalmente no mercado.

Devido a essa falta de clareza sociológica, sente-se obrigado a escrever esta frase misteriosa: “O desenvolvimento da desigualdade reflete *não precedente* explosão da renda do *trabalho*” (grifos meus).<sup>28</sup>

Curiosa observação! Feita logo no início do texto, reforçada mais adiante, na página 280, como notamos anteriormente, nela Piketty já admite ter havido “explosão” da renda do “trabalho”! Indago: de que “trabalho” está falando? Porque tudo indica ser “esse” trabalho bem diverso do realizado pelos “trabalhadores” das minas de platina e do “chão de fábrica”! “Esse” tipo clássico de “trabalho” ainda não teve “explosão” alguma. Ao contrário, a migração do capital para a China, a Índia, a América Latina, em busca de oferta abundante de mão de obra pouco exigente e desprotegida, só faz reforçar o fato. Como também o das minas de Marikana, esse “trabalho” é mal pago e ainda submetido a regime de sujeição, valendo, para analisar a relação exploratória, certa aproximação teórica com o conceito de “mais-valia”. Na verdade, trata-se de minoria que não explica o padrão do processo acumulativo no mundo moderno. Mas ainda existe.

A “não precedente” explosão da renda do trabalho, portanto, só pode ter sido o do “outro” tipo de trabalho, o realizado na esfera dos “serviços”, por setores da classe média. Não é pertinente considerá-lo parte do “capital” só porque são formas novas de “trabalho” que permitem acumular renda, situando seus agentes no topo da pirâmide social. Mesmo que acabem

aplicando parte desses rendimentos em títulos, ou no mercado de ações, esses senhores não são “capitalistas”. A origem da fortuna não provém de “lucro empresarial” algum e, sim, de ganhos que lhes rende seu trabalho, a título de contratos especiais, salários, bônus e prêmios.

Piketty se complica bastante ao enfrentar a dificuldade.

Mais ainda. Insistindo em classificar “classe média” pelo nível da renda, fica particularmente complicado considerar “classe média” as grandes celebridades que vivem de seu talento, cujas fortunas excedem avaliações comuns às de outros setores da classe média normal. Há também o imenso segmento dos autônomos, que não vivem de salários, médicos, advogados, engenheiros, projetistas, consultores de empresas, que também se incluem na elite da riqueza.

Como, então, classificá-los? Piketty não nos parece muito decidido. São parte do “capital” ou do “trabalho”? Porque sua “riqueza é riquíssima”! Mas esta é obtida sem usar investimentos de “capital”.

Curioso não haver percebido o caso paradigmático de um relativamente modesto e esforçado professor universitário, um indivíduo típico da “classe média”, que, por seu paciente “trabalho” de anos, finalmente publicado em livro de grande aceitação, multiplicou suas fontes de renda, tornou-se celebridade requisitada para palestras e conferências altamente remuneradas, fixando-se, hoje, como membro de grupos de elite, os “muito ricos”.

O nome dessa estrela ascendente no mundo da riqueza, caso não o saiba, é o professor, intelectual..., Thomas Piketty!

Creio que, a despeito de seus níveis atuais de renda, esse professor resistiria a ser considerado “capitalista” e incluído na rubrica “capital”. Provavelmente prefere continuar a ser considerado membro da “classe média intelectual”.

O fato a ser registrado é o seguinte: a nova classe média tem participação crescente no atual processo de concentração da renda, tornando completamente obsoleta a antiga dicotomia “capital” e “trabalho” para analisá-lo. O que se requer é nova metodologia e nova perspectiva da realidade econômica atual.

3 – Quanto ao conceito de “trabalho”, portanto, o texto é débil e falho. Igualmente impreciso é seu conceito de “capital”. Na definição – base que utiliza –, não se distingue “capital” de “riqueza”.<sup>29</sup> Além de mesclar “capital público” e “privado”, cuja origem, fins sociais, flexibilidade de inserção nos mecanismos do mercado, etc. são bem diferentes.

Como o define? Da seguinte forma: “Capital é a soma total dos ativos acumulados que não derivam de ações físicas humanas”. Notemos! Aqui está, implicitamente, excluída a classe média! Podem ser possuídos e trocados no mercado. Inclui todas as formas de propriedade concreta, como prédios, escritórios e fábricas, máquinas usadas por empresas públicas e privadas, além de ativos financeiros ou recursos emprestados a quem vai produzir bens ou serviços.

Seria bem mais simples definir “capital” como a soma de ativos acumulados pelos proprietários dos bens de produção, ao gerir o uso desses bens, usando, para isso, o “trabalho” contratado.

O chamado “capital humano”, típico da “classe média”, estaria fora do conceito, sendo considerado ininteligível. Tratar a força de trabalho humana como “capital”, em seus múltiplos aspectos funcionais, só faz sentido para nosso autor numa sociedade escravocrata. Nessa sociedade, ela se torna “capital”. É trocada, vendida, comprada, ou conquistada, como espécie de máquina humana para trabalhar sem custos diretos.

O ponto mais complicado do conceito não é esse. É quando prefere tratar “capital” como sinônimo de “riqueza acumulada”. Nesse caso, vê-se forçado a excluir a “terra” do conceito de capital, como o faz na página 47.

Curioso, porque a terra sempre foi um bem de produção, é vendida e comprada, valorizada por investimentos e usada para gerar renda. Não há como excluí-la do conceito de “capital”, só pelo fato de a terra não possuir, por si mesma, nenhum poder de “acumulação”. Mas é inegável que ela sempre foi usada para “gerar acumulação”, como forma de “capital”. O passado agrário que o diga.

O ponto decorre de Piketty não perceber nenhuma distinção entre as duas categorias, “capital e riqueza”. Para ele, são sinônimos, o que, aliás, afirma no texto. Por isso, comete esse discreto “pecadilho” conceitual.

“Capital” é parte da “riqueza”, sem dúvida. Mas dela se distingue por sua autonomia de ação funcional. “Capital” é reproduzido no processo produtivo de bens e serviços. Essa função dinâmica nos permite separá-lo do conceito mais amplo e estático, o de “riqueza”. “Capital” é categoria econômica. É

acumulado para fins de investimento, enquanto a “riqueza” é usada para aumentar o *status* social, ou para desfrute hedonista.

O “capital”, quando usado para adquirir títulos públicos ou investir em renda, perde muito de sua característica básica. Torna-se parte da “riqueza” pessoal. Nunca se chamou de “capitalista” e, sim, de “aristocrata” ocioso o tipo que usava seus recursos para viver de rendas, aluguéis e pensões do Estado. Tipo que não ousava. Não “investia”, senão, comodamente, “aplicava”. Piketty nos retrata esses tipos, a partir dos textos de Jane Austen. Nesse caso, o objetivo não é a produção. É o desfrute. A “riqueza”, por si mesma, não garante o desenvolvimento da economia e, sim, o padrão de vida de seus donos. Compõe o cenário do mundo proustiano da “duquesa de Guermantes” com festas, jantares, viagens, intrigas, amores e orgias sem fim.

O capitalista moderno – um industrial como Bill Gates, um financista como Warren Buffet, um organizador esperto como Usmanov –, mal encontra tempo para participar desse mundo fantástico. Seus dias são consumidos em acompanhar e dirigir estrategicamente suas empresas. Reinvestem sempre parte substancial dos recursos. O objetivo é aumentar seus lucros, consolidar posições, inovando, arriscando, participando ativamente da economia e de sua dinâmica. Jamais o desfrute ocioso. Ou teriam parado de enriquecer ao lograr o primeiro “bilhão”.

4 – Ressalvas similares podem ser feitas ao tratamento dado, no livro, ao papel do governo, em todos os seus níveis. Piketty, preocupado com a cisão entre “capital” e “trabalho”, negligencia o papel do

governo no processo de acumulação da renda. E não o destaca como importante centro fomentador de desigualdades.

Não obstante, o que vemos é o governo usar impressionante massa de recursos retirados do setor produtivo, por meio de sua malha de impostos, para usar esses recursos de modo problemático, senão distorcido. Antigamente, aliás, era o governo que, mediante pensões especiais, sustentava o padrão luxuoso da aristocracia parasitária. Hoje, ele o faz pela multiplicação de cargos bem remunerados, bem como de contratos especiais com empresas, para ações econômicas e sociais, cujo fim último é transferir renda. Seus agentes acertam comissões específicas, redistribuindo arbitrariamente a renda, em meio à opacidade desses contratos.

Prática mais ou menos comum em todo o mundo. Os que o comandam, portanto, como agentes decisórios do setor político, tornam-se, alguns deles, milionários de um ano para outro. Fortunas surgem na mão de pessoas de origem social baixa e cuja competência técnica é, pelo menos, discutível. Os jornais brasileiros de meados de dezembro de 2014 noticiam o caso do jovem prefeito do modesto município de Itaguai, rapazinho pobre, que usou os recursos públicos de forma privada em benefício dele e de seus cúmplices, tornando-se milionário, dono de um automóvel Ferrari amarelo e proprietário de mansão de luxo, em menos de dois anos!

Essa forma de distribuição da renda, bem como sua acumulação, ocorre diariamente. Sua dinâmica se faz de modo completamente à parte dos mecanismos normais da acumulação capitalista. É lógico merecer algum destaque num livro sobre

distribuição da renda. É lamentável o fato de Piketty não se preocupar com esse aspecto da questão em debate.

## Conclusão

Não obstante essas e muitas outras reservas que poderiam ser feitas, qualquer indivíduo com um mínimo de ética social, ante os bolsões de miséria evidentes no mundo, só pode saudar a chegada ao mercado de livros como esse.

Como Piketty desconsidera a capacidade autocorretiva do sistema capitalista, só nos deixa como opção ações diretas de origem política. É o que nos apresenta na parte final do trabalho.

Não obstante, não creio na solução proposta pelo autor. Um imposto mundial e equânime sobre os excedentes apropriados é de difícil, senão impossível aplicação. Exige um tipo de acordo internacional entre sociedades de identidades próprias e desenvolvimento completamente desigual. Melhor seria estudar com mais calma o modelo escandinavo do imposto direto progressivo, porque sua prática situa suas sociedades como as menos desiguais do mundo moderno.

De qualquer forma, é sempre oportuno o debate do tema. Merece consideração persistente por parte até mesmo de capitalistas que sublinham a responsabilidade social da classe, principalmente os listados no livro de John Mackey e Raj Sisodia, *Capitalismo Consciente*.<sup>30</sup>

Sustentamos que a crítica racional tem a missão de propor ações reparadoras.

Não é fácil. Há, inclusive, problemas epistemológicos envolvendo a racionalidade humana. Por isso, muitos consideram o chamado *homo economicus* um mito sem sentido.

Não obstante, sublinhemos haver outro lado na lua. Sem a cooperação inteligente, sem a ajuda recíproca e racional, sem a comunidade primitiva unida em torno da própria proteção, não haveria o Direito, a religião unificadora, os costumes de respeito mútuo, a divisão do trabalho cooperativo, o surgimento do Estado e da ética social. Ainda estaríamos a nos estraçalhar na escuridão das cavernas. O mundo hobbesiano é ficção evidente. Nada tem a ver com a saga da comunidade humana.

Por tudo isso, julgamos prudente considerar as críticas atuais ao desvario distributivo da renda e sua concentração obscena o tema decisivo para definir nosso futuro. De seu correto equacionamento, dependerá o prosseguimento da civilização. Proteger os atuais desvalidos contra a miséria e a fome, pela criação constante e ampliada de emprego, pode ser uma resultante viável de toda essa luta.

## Notas

1 Ver os quadros 2.1 a 2.5, p. 75-100 do exemplar que consulto: *Capital in the Twenty First Century*, tradução inglesa da Belknap Press, da Harvard University Press, do livro original, em francês, de Thomas Piketty. Já há tradução portuguesa.

2 Idem, p. 60.

3 Tratar a “distribuição” como “questão política” é tese que perpassa o livro. Ver p. 20-32. Dani Rodrick, em artigo específico na revista *Valor*, de 17/7/14, sublinha enfaticamente, o ponto.

4 Gráfico 1.1, p. 241.

5 Revista *Exame*, 11/6/2014.

6 Ver John Hobson, *Imperialism, a Study*, publicado em 1902, auge da era vitoriana. O estudo abriu espaço para o entendimento político da exportação de capital e suas consequências.

7 Quadros 10.5 e 10.6, p. 348 e 349; ver o topo 10% com 75% da renda, e o 1% desse topo com 35%.

8 Daniel Bell, *The End of Ideology*, Glencoe, Free Press, 1960. É a perda da ideologia que torna a busca de um sentido para as ações político-econômicas em mecânica filosoficamente vazia do capitalismo corporativo. A tese não é defendida por Bell nesse trabalho, mas no posterior *The Cultural Contradictions of Capitalism*. No texto original, o conceito de “ideologia” transcende a limitação negativa do marxismo, mas conserva o sentido de orientação de vida, como o propõe Karl Manheim antes dele.

9 Ver Joseph Stiglitz, *O Preço da Desigualdade*, Bertrand Editora, Lisboa, 2013, onde menciona, na página 25, “políticas baseadas em ideologias econômicas defeituosas que exacerbaram as desigualdades”. Ver também referência à página 23 sobre “ideologia fundamentalista de mercado” e de políticas que modelam as forças do mercado, na página 89; foram as responsáveis pelo descontrole da economia.

10 Para o tamanho das perdas geradas pela crise de 2008, são muitos os textos, inclusive de jornais e revistas especializadas. Em Stiglitz, a referência surge à p. 59.

11 *Conjuntura Econômica*, da FGV, número de julho de 2014.

12 Para uma crítica a Simon Kuznets e seus dados, ver Piketty, *op. cit.*, p. 12-14 com a crítica à p. 15. Há referências esparsas mais adiante na obra. Kuznets é a nêmesis de Piketty.

13 Stiglitz, *op. cit.*, p. 14.

14 Piketty, *op. cit.*, p. 20 e 21.

15 Norbert Elias, em seu clássico *The Civilizing Process – The History of Manners*, Urizen Book, NY, 78, analisa a cultura cortesã e os hábitos sociais que se formaram a partir dela. O mesmo tema percorre o seu *State Formation and Civilization*, Basil Blackwell, publ. Oxford, Eng., 1982, publicado como segundo volume.

16 Piketty, *op. cit.*, p. 25-26.

17 Ver Nelson Mello e Souza, “Sociologia do Pensamento Econômico”, revista *Carta Mensal*, da Confederação Nacional do Comércio, janeiro de 2011, p. 34-61.

18 Karl Polanyi, *A Grande Transformação – as origens de nossa época*, Ed. Campus, RJ, 1980.

19 Toda Parte III do livro é envolvida por conceitos pouco claros do que seja “trabalho” e “capital”, especialmente, p. 276-280.

20 Já nos referimos a Stiglitz na nota 9; quanto a Alan Greenspan, o papa do liberalismo norte-americano em fins do século XX, ver o livro de John Cassidy, *Como Quebram os Mercados*, Ed. Intrínseca, RJ, 2011, p. 9-12, que reproduz o depoimento de Greenspan no Congresso americano sobre a crise de 2008. Refere-se à ideologia do mercado livre, por ele defendida, então, como confissão de equívoco doutrinário. As “ideias erradas” denunciadas por Stiglitz.

21 Stiglitz, *op. cit.*, p. 35.

22 Ver de J. Stiglitz, *The Roaring Nineties*, NJ Norton Books, 2003, em que analisa a dinâmica da economia norte-americana na década de 1990.

23 Piketty nos fornece muitos gráficos a respeito do tema, mostrando a aceleração da concentração a partir da década de 1980; ver especialmente os gráficos 9.6 e 9.8, além de outros e das referências de Stiglitz na p. 10-12, *op. cit.*

24 Piketty, *idem*, p. 434, Gráfico 12.2.

25 São muitas as resenhas. Inviável listá-las. Basta mencionar a elogiosa revisão do *New York Times*, transcrita na *Folha de S. Paulo*, de 24.5.2014, e a crítica do *Financial Times*, contestando os dados. *The Economist* sustentou a defesa de Piketty, contestando o *Financial Times*, como se vê em *O Globo*, de 25.5.2014.

26 Para o texto de François Chesnay, ver *Folha de S. Paulo* de 10.6.14. Diz Chesnay: “Eu o considero bem-vindo, como retorno à economia política...”.

27 Piketty, *op. cit.* Especialmente, p. 260 e seguintes.

28 *Idem*, *idem*, p. 24 e 274.

29 “Capital” tratado como sinônimo de “riqueza”, ver *op. cit.*, p. 45-50; para simplificar o texto, uso capital e riqueza como sinônimos (p. 47).

30 Ver de John Mackey e Raj Sisodia, *Capitalismo Consciente*, da H. S. M. Ed. São Paulo, 2014, especialmente, p. 1-74.

*Palestra pronunciada em 5 de agosto de 2014*